



Seu País



Bolsonaro tem
motivos para sorrir

Pizza no forno

BRASÍLIA O depoimento insosso de Moro facilita a proteção judicial de Bolsonaro por Aras. Restará a disputa na política

POR ANDRÉ BARROCAL





TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 28

Entrevista. "Bolsonaro é incapaz", diz Rui Costa, governador da Bahia



As nove e meia da noite do sábado 2, um *motoboy* chegou à Polícia Federal em Curitiba com oito pizzas para entregar, nos sabores calabresa, queijo e presunto, muçarela e parmegiana. O rapaz mostrou a nota fiscal de 291,60 reais a jornalistas que estavam à espera de Sérgio Moro. O pessoal na polícia estava faminto. Fazia sete horas que o ex-juiz depunha sobre acontecimentos narrados por ele em 24 de abril, ao deixar o Ministério da Justiça contrariado com o que chamou de "interferência política" de Jair Bolsonaro na PF, simbolizada na troca, na marra, do chefe da corporação.

O juiz do Supremo Tribunal Federal encarregado do divórcio litigioso de Moro e Bolsonaro, Celso de Mello, havia atendido ao pedido de um senador e dois deputados e antecipado de 60 para 5 dias o prazo para a PF ouvir o ex-ministro. Era uma tentativa de evitar que Moro encarasse interrogadores designados por quem o presidente colocasse no comando da polícia. Ao depor, portanto, o ex-ministro estava à vontade. À sua frente, dois delegados que ascenderam graças àquele que Moro nomeara diretor-geral dos federais, Maurício Valeixo, degolado por Bolsonaro. E, apesar disso tudo, é razoável o risco de o litígio judicial terminar igual ao depoimento do ex-juiz: em pizza.

O testemunho de Moro foi chocho. Ele disse não ter acusado Bolsonaro de nada, só relatado fatos por trás da sua e da demissão de Valeixo. Parecia intimidado pelo procurador-geral da República, que deve o cargo a Bolsonaro. Ao pedir ao Supremo um inquérito sobre as declarações de Moro, Augusto Aras propôs-se a investigar também se o ex-juiz caluniou ou injuriou o ex-capitão. Mais: se Moro acusasse Bolsonaro, correria o risco de ser tragado por denúncia de que

O ministro Celso de Mello não parece, porém, disposto a corroborar uma farsa

foi omissa (prevaricação) ou recompensada (corrupção passiva). Só Aras pode acusar o presidente à Justiça por crime comum, e falta-lhe gana de emparedar o padrinho. Depois do que Moro falou à PF, não sofrerá muito desgaste se, no fim do inquérito, engavetar o caso. Aras, conta um colega, sonha em ser indicado por Bolsonaro ao Supremo.

Moro praticamente não acrescentou nada sobre a possibilidade de Bolsonaro ou algum auxiliar, a mando dele, ter cometido falsidade ideológica. Ele diz não ter assinado a degola de Valeixo, mas seu

nome estava ao lado da rubrica do presidente, quando a exoneração foi publicada pela primeira vez no *Diário Oficial da União*. O ex-juiz também não incrementou a hipótese de o ex-capitão ter incorrido em advocacia administrativa e obstrução da Justiça, ao trocar o chefe da PF para proteger filhos e amigos de investigações sobre milícias digitais bolsonaristas. Uma proteção sobre a qual não pairam dúvidas desde que Moro revelou, antes de depor, uma conversa por celular com Bolsonaro, em 23 de abril. Nela, o presidente repassa uma notícia de que a polícia estava no encalço de 10 a 12 deputados bolsonaristas e comenta em seguida: "Mais um motivo para a troca" do chefe da PF.

Apesar de chocho, o depoimento teve dois desdobramentos que garantem alguma emoção à novela. Obras de Celso de Mello, o decano do Supremo, com aposentadoria marcada para novembro.

Aras pediu ao juiz que fossem ouvidas autoridades citadas por Moro na PF de Curitiba. Entre elas, três generais-mestres: Augusto Heleno (Gabinete de



No depoimento de oito horas, Moro tentou se proteger da acusação de prevaricação



Seu País

Segurança Institucional), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Walter Souza Braga Netto (Casa Civil). O *status* ministerial dá ao trio o direito legal de escolher local, dia e hora para falar. O juiz Mello aceitou o pedido de Aras. E fustigou em seu despacho, em “juridiquês”: vão depor na base da “condução coercitiva ou ‘debaixo de vara’”, caso usem o direito legal para enrolar.

Segunda emoção: Mello deu 72 horas para a Presidência entregar o vídeo de uma reunião ministerial de 22 de abril, na qual Bolsonaro teria dito, segundo Moro, que mudaria o chefe da PF no Rio nem que precisasse demitir o então ministro da Justiça e o então diretor-geral da polícia. O prazo vencia na sexta-feira 8, um dia após a conclusão desta reportagem. A gravação fora requisitada por Aras, mas este não mencionara prazo. Um dia após a ordem judicial, a Advocacia-Geral da União, defensora do governo no Supremo, “rogou” ao decano que voltasse atrás. Motivo: na reunião “foram tratados assuntos potencialmente sensíveis e reservados ao Estado, inclusive de relações exteriores”. Será? A existência da reunião e parte de seu teor eram conhecidas antes de Moro depor, e Bolsonaro comentou que mostraria o vídeo, depois desistiu. A Presidência espalha que não se sabe quem ficou com a gravação.

A tara presidencial pela PF no Rio é uma das poucas coisas saborosas no testemunho de Moro. O ex-juiz contou que, em março, ainda ministro da Justiça, estava em Washington e certo dia recebeu uma mensagem de Bolsonaro via celular.



Rolando de Souza
esquenta a cadeira?

O texto dizia, conforme o ex-juiz: “Moro, você tem 27 superintendências (*estaduais da PF*), eu quero apenas uma, a do Rio”. Em agosto de 2019, Bolsonaro cobrara de Moro e Valeixo a cabeça do então chefe da PF fluminense, Ricardo Saadi, do contrário, a dupla é que sairia. Queria no posto um delegado específico, Alexandre Saraiva. Saadi já planejava uma mudança de ares e topou antecipá-la. Em seu lugar assumiu em novembro o delegado Carlos

Henrique de Oliveira, escolha de Valeixo. E Bolsonaro não amansou, *vide* a mensagem de março a Moro. Por que a obsessão pelo cargo? Na terça-feira 5, a Justiça Federal em Brasília deu 72 horas para Bolsonaro explicar a mudança na PF do Rio, em uma ação movida por um integrante do MBL, ex-aliado do presidente.

Não é difícil entender a tara de Bolsonaro. Seu filho Flávio, senador, e o velho e sumido amigo Fabrício Queiroz, ex-PM, são investigados no Rio por “rachadinha” e negócios imobiliários. Um dos acusados do assassinato de Marielle Franco, o ex-PM Ronnie Lessa, é vizinho de Bolsonaro em um condomínio na Barra em que o presidente tem casa. É uma investigação que esbarra em outro filho de Bolsonaro, o vereador Carlos, que brigou com Marielle quando ela era vereadora. Uma quadrilha de milicianos atuante perto do condomínio na Barra também é investigada por uma penca de malfeitos. Dela fazia parte o ex-capitão Adriano Magalhães da Nóbrega, um herói na visão do clã Bolsonaro, morto na Bahia em fevereiro na condição de foragido.

Mudar o comando da corporação no Rio foi o primeiro ato do novo diretor-geral da PF, o delegado Rolando de Souza, que tomou posse de forma meio clandestina no gabinete presidencial, na segunda-feira 4. O posto fluminense agora é do delegado Tácio Muzzi, ex-Operação Lava Jato no estado. Nomear Souza foi o jeito encontrado por Bolsonaro de driblar a proibição do Supremo de botar um amigo da família no comando da PF, Alexandre Ramagem, atual diretor

ISAC NOBREGA/PRE JEFFERSON RUDY
AG. SENADO E TOMAZ SILVA/ABR



da Agência Brasileira de Inteligência. Souza estava com Ramagem na agência. Descrito por um colega policial como humilde e benquisto na categoria, é especialista em crimes financeiros. E um dos idealizadores do sistema que unificou várias bases de dados na PF, o Atlas. Se Bolsonaro queria poder passar a mão no telefone e ligar para o chefe da polícia em busca de informação, acertou na escolha.

Mas não sem espernear contra Alexandre de Moraes, juiz do Supremo que, em uma ação do PDT, concordou ser “desvio de finalidade” a nomeação de Ramagem e a anulara. Para Bolsonaro, Moraes só está na corte por “amizade” com Michel Temer, padrinho da indicação dele em 2017. A ala militar do governo concordou com o esperneio, por ver censura de um poder em outro. Queixa agravada por outra decisão do tribunal, da lavra de Luís Roberto Barroso, que vetou a expulsão de diplomatas venezuelanos, em uma ação do PT. Vice-presidente, o general de pijama Hamilton Mourão verbalizou a bronca fardada: “É decisão dele (*Bolsonaro*) escolher seus auxiliares, assim como chefe de Estado ele é o responsável pela política externa”.

Até no Supremo implicaram com Moraes. Para Marco Aurélio Mello, foi

O Centrão começa a receber os cargos desejados. Irá entregar o apoio prometido?

uma decisão “nefasto”, por ser individual, não do plenário. Ironia: ele é o mais individualista e agora propõe que a reforma estudada no funcionamento da casa impeça decisões solitárias em ações com pedido de liminar sobre atos do governo ou do Congresso. O presidente do tribunal, Dias Toffoli, deu corda à ideia. Também reprovou Moraes. E fez um afago nos milicos. Revogou uma liminar potiguar que determinava ao Ministério da Defesa tirar do site um texto de março que exaltava o golpe de 1964. “É lamentável ter alguém moralmente tão invertebrado na presidência da corte nesse momento”, diz Conrado Hubner, professor de Direito Constitucional da USP. Para ele, o STF “erra” ao abusar de decisões solitárias,

não coletivas, e Bolsonaro vê como oposição “tudo que lhe controla”.

Com a pizza a caminho no litígio judicial Moro-Bolsonaro, restará a arena política, onde Bolsonaro também corre o risco de queda. O relato do ex-juiz tem potencial para a abertura de um processo de *impeachment*, por crime de responsabilidade. Se houve “interferência política” na PF, o ex-capitão atentou contra o Judiciário (a PF é polícia “judiciária”, pois cumpre ordem dos tribunais). Para se prever, Bolsonaro começa a dar cargos ao “Centrão”, em troca de apoio parlamentar. O PP, partido que foi o da ditadura e o de Bolsonaro, acaba de emplacar um apadrinhado no órgão federal de obras contra a seca, o Dnocs, dono de 1 bilhão de reais este ano. Na quarta-feira 6, os generais-ministros Ramos e Braga Netto foram ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, cobrado por Celso de Mello a se manifestar sobre um dentre quase 30 pedidos de *impeachment* em sua mesa.

Se sobreviver até a próxima eleição, Bolsonaro poderá ter Moro como rival. Não falta quem sopre ao ex-juiz que ele deveria concorrer à Presidência. Promessa de que, ao menos verbalmente, o tiroteio entre o presidente e seu ex-ministro continuará, independentemente do *pizzaiolo* Augusto Aras. •



Muzzi assume a PF do Rio, que investiga Flávio

